



SAÚDE MENTAL: PRECARIZAÇÃO NO CONTEXTO LABORAL DAS MULHERES BRASILEIRAS

MARIA LOYSE DA SILVA FERNANDES; ROBENILSON DINIZ ALVES

INTRODUÇÃO: O trabalho ocupa papel central na vida das pessoas e por vezes foi relacionado, desde a função social que exerce, até a dignidade humana. Entretanto, foi com a emergência e predomínio do capitalismo que esse papel tomou maiores proporções, figurando nos debates que tangenciam os efeitos negativos do trabalho, cada vez mais precarizados, por diversas razões. **OBJETIVOS:** Analisar a relação de trabalho, considerando a influência do estresse ocupacional na saúde mental dos trabalhadores e suas possíveis causas. **METODOLOGIA:** Estudo bibliográfico, a partir da análise de artigos científicos publicados entre os anos de 2019 e 2020. Nesse sentido, foram aplicados os critérios de incluir apenas artigos escritos em língua portuguesa, retirados da base de dados SciELO Brasil. **RESULTADOS:** A flexibilização do trabalho está presente em diferentes vínculos ocupacionais, se caracterizando por alongar as jornadas, fragmentando a força de trabalho, frente à exigência de polivalência. Nesse sentido, são diversas as naturezas das causas que podem colocar em risco a saúde mental nos ambientes laborais, como: condições estressantes, estímulo à competição, prazos rigorosos, baixa remuneração e sobrecarga de trabalho. De outro modo, apesar das históricas conquistas trabalhistas no Brasil, a precarização da relação de trabalho e todas as consequências patológicas inerentes a este processo, estão cada vez mais presentes nos contextos laborais dos brasileiros. Logo, os maiores afetados neste contexto são as minorias sociais, cujas ocupações são de menores remunerações, frente a longas jornadas de trabalho. Verificou-se, então, o reflexo da formação econômica e social do país, reforçando preconceitos e exclusão das minorias das escolas, do mercado de trabalho formal e ao acesso das objetivações sociais. Desse modo, um estudo com 3.084 trabalhadores/as, em que a maioria (78,3%) era do sexo feminino e se autodeclararam raça negra (80,6%), se observou maior responsabilidade doméstica entre mulheres negras (60,7%), e menor apoio social em relação a eles (71,7%). **CONCLUSÃO:** São, portanto, necessárias políticas públicas que monitorem e controlem aspectos psicossociais no trabalho, sobretudo, no que tange as mulheres (negras e não-negras).

Palavras-chave: Saúde mental, Flexibilização, Precarização, Trabalho, Mulheres.